

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO AO BRASIL: EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS

Ricardo Alexandrino Garcia
Doutor em Demografia e pesquisador do IGC/UFMG

Weber Soares
Professor do IGC/UFMG

Resumo

As perdas demográficas internacionais vinculam-se necessariamente ao retorno, pois como quer Sayad (2000), o ciclo vital da migração fecha-se no retorno à terra natal – constitui o retorno princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações. Assim, os sistemas empíricos de migração comportam etapa essencial: o retorno, que a um só tempo fundamenta simbolicamente todo e qualquer deslocamento; e desempenha função estrutural na topologia desses sistemas, porque dinamiza o processo migratório (FAZITO, 2005).

O caso brasileiro não dispensa essa etapa essencial, pois o retorno de naturais ao Brasil tem crescido de importância em anos recentes. Constitui principal, em razão disso, objetivo precípua deste trabalho mensurar o efeito direto e o indireto da migração de retorno ao território brasileiro nas três últimas décadas, à luz dos dados dos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Palavras-chaves

Migração internacional, retorno, efeitos diretos e indiretos do retorno, circularidade, estabilidade, sistema migratório

Introdução

As dificuldades de chegar a estimativas mais precisas sobre os emigrantes internacionais brasileiros devem-se, em larga medida, ao caráter irregular do fluxo migratório; irregularidade essa que varia, em grau, de acordo com as dificuldades enfrentadas pelo emigrante para pisar em solo estrangeiro. A primeira dimensão desse caráter irregular/ilegal implica a consecução de um visto de turista com a intenção de permanecer e trabalhar no país de destino; a segunda envolve o preparo de documentação fraudulenta para conseguir o visto (a irregularidade ganha consistência material); e, por último, está a dimensão mais arriscada: a travessia clandestina da fronteira.

Guarda correspondência com essas estratégias desenvolvidas pelos emigrantes internacionais brasileiros para alcançar o êxito migratório as restrições à entrada deles tanto em países da Europa quanto nos EUA, (MARGOLIS 1994; GOULART & SALES, 1996; VAINER, 2001,), por meio da adoção de uma legislação cada vez mais restritiva: com uma taxa de crescimento anual de 1,9% no período 1965/1990, o fluxo migratório internacional tem sido motivo de políticas cada vez mais restritivas. O percentual de governos que adotou políticas voltadas para reduzir a imigração passou, no caso dos países desenvolvidos, de 26% em 1976 para 43% em 1995 e, entre os países em desenvolvimento, de 3% para 29% (NACIONES UNIDAS, 1997).

Vale registrar, no entanto, que de acordo com informações da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, haveria em 2003 aproximadamente 3 milhões de brasileiros residindo em outros países; e ainda segundo a mesma fonte só os Estados Unidos da América seriam, em 2002, responsáveis pela recepção de 800 mil brasileiros. CARVALHO (1996) estima que as perdas líquidas populacionais de brasileiros com dez ou mais anos de idade gravitariam, ao longo dos anos 80, entre 1 milhão e 2,5 milhões.

A continuidade das perdas demográficas internacionais vincula-se necessariamente ao retorno, pois como quer Sayad (2000), o ciclo vital da migração fecha-se no retorno à terra natal – constitui o retorno princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações. Assim, os sistemas empíricos de

migração comportam etapa essencial: o retorno, que a um só tempo fundamenta simbolicamente todo e qualquer deslocamento; e desempenha função estrutural na topologia desses sistemas, porque dinamiza o processo migratório (FAZITO, 2005).

O caso brasileiro não dispensa essa etapa essencial, pois o retorno de naturais ao Brasil tem crescido de importância em anos recentes. Constitui principal, em razão disso, objetivo precípua deste trabalho mensurar o efeito direto e o indireto da migração de retorno ao território brasileiro nos três últimas décadas, à luz dos dados dos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Migração de retorno: metodologia¹

Denomina-se efeito direto da migração internacional de retorno a qualquer unidade da federação brasileira a todo o natural do Brasil que tendo residido em país estrangeiro ao Brasil tenha regressado em período anterior à data de referência do censo. O efeito indireto decorre da imigração internacional de não-naturais, associada ao retorno de naturais (efeito indireto IND2) e ao nascimento dos filhos das mulheres brasileiras retornadas ao Brasil (efeito indireto IND1)².

As informações censitárias que fundamentam a análise aqui desenvolvida são as que registram a unidade da federação de nascimento, o tempo de residência na unidade da federação de recenseamento e a unidade o país de residência anterior.

Os critérios utilizados para identificação do efeito direto e do indireto da migração de retorno foram desenvolvidos por MAGALHÃES (2003), que utiliza a família como unidade básica de análise. Neste trabalho, a análise toma como referência as famílias residentes em qualquer unidade da federação brasileira, em 1980, 1991 e 2000, que tinham, pelo menos, um natural do Brasil retornado, com tempo de residência inferior a dez anos.

Para a definição do efeito direto e do indireto da migração internacional de retorno, as famílias recenseadas foram divididas em dois grupos: o primeiro compreende as famílias cujo chefe é um retornado ao Brasil nos decênios que antecedem às datas de referência dos censos; o segundo abarca as famílias cujo chefe não é natural do Brasil. Ter chegado ao Brasil no decênio anterior à realização do censo é condição necessária para que o indivíduo seja considerado na mensuração dos efeitos direto ou indireto dos fluxos de retorno internacional.

Os Diagramas 1 e 2 ilustram a definição dos efeitos da migração de retorno em relação aos membros das famílias que têm pelo menos um retornado

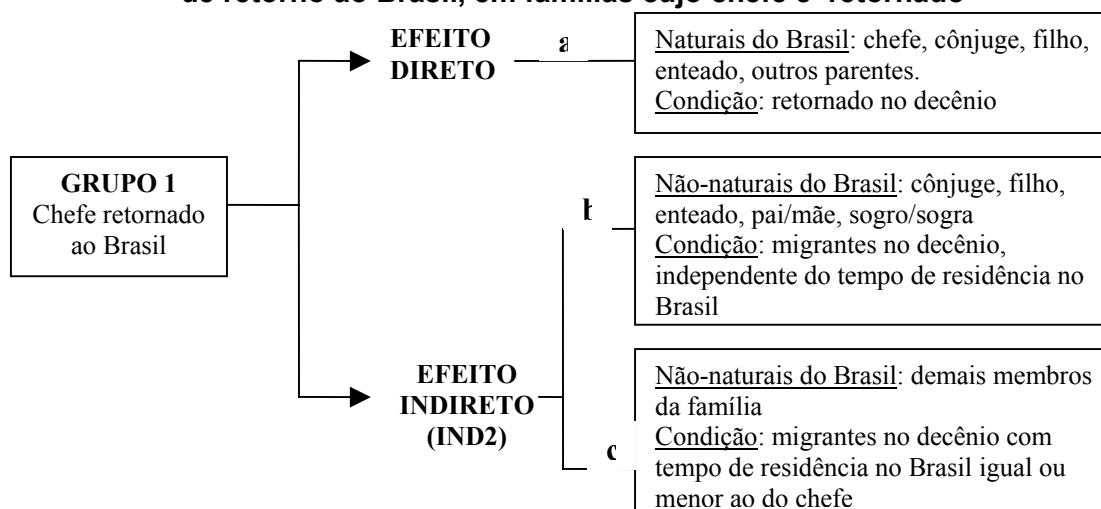
¹A metodologia empregada aqui foi retirada de MAGALHÃES (2003) e representa um avanço em relação à metodologia utilizada por RIBEIRO (1997) e RIBEIRO e CARVALHO (1999), pois considera as relações familiares – e não as domiciliares – na determinação dos efeitos indiretos da migração de retorno.

² O efeito indireto da migração de retorno IND1 não será, neste trabalho, objeto de análise, a referência a ele é apenas de natureza indicativa.

internacional. A condição na família está vinculada ao chefe do domicílio e a hierarquia familiar obedece à seguinte ordem: chefe, cônjuge, filho(a), enteado(a), pai/mãe, sogro/sogra, avô(ó)/bisavô(ó), neto(a)/bisneto(a), genro/nora, irmão/irmã, cunhado(a), outros parentes, agregado(a), pensionista, empregado(a) doméstico(a), parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

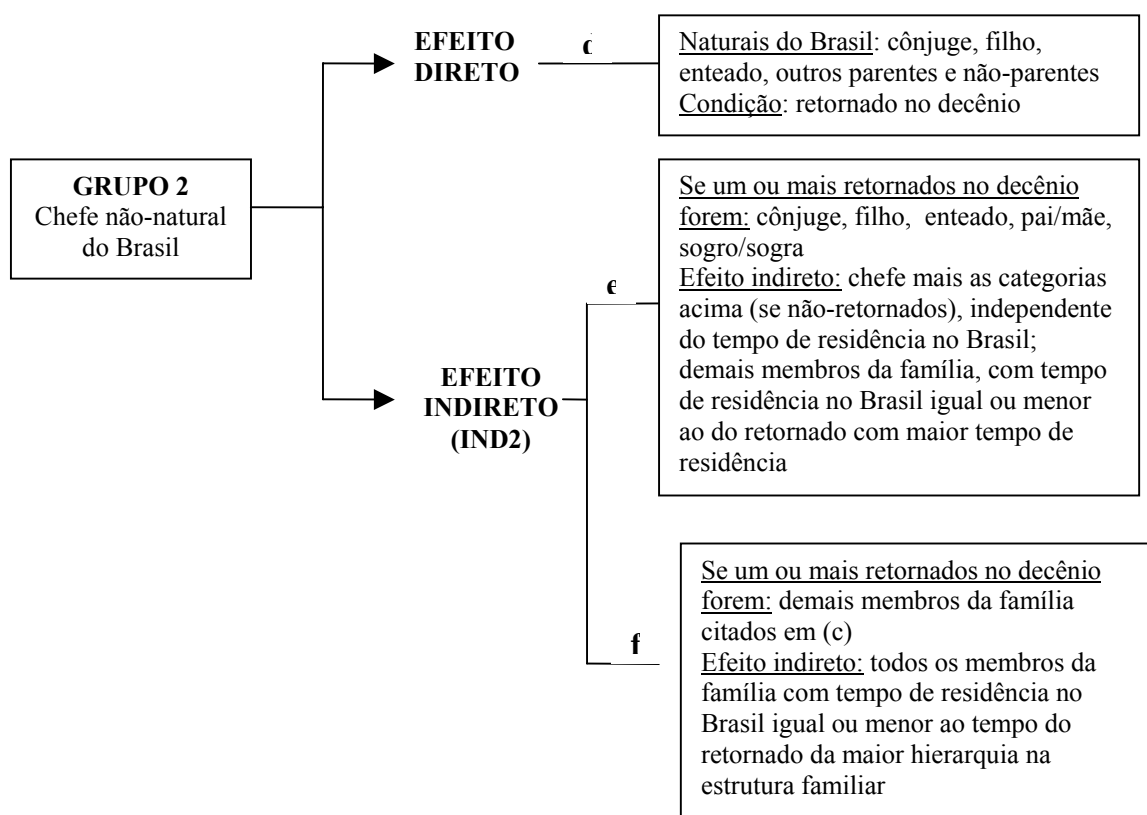
No caso das famílias cujo chefe de naturalidade brasileira é retornado internacional no decênio anterior à realização do censo (Diagrama 1), respondem, na família, pelos efeitos diretos da migração de retorno todos os naturais do Brasil que também tenham retornado no decênio anterior à data de realização do censo, independente da relação com o chefe e do tempo de residência em terras brasileiras. Para ser considerado efeito indireto IND2 da migração internacional de retorno e não depender do tempo de residência no Brasil, o imigrante não-natural deve obrigatoriamente ser cônjuge, filho, enteado, pai/mãe ou sogro/sogra do chefe da família; quanto às demais categorias (outros parentes e não parentes), o imigrante não-natural deve ter tempo de residência no Brasil igual ou menor ao do chefe familiar.

Diagrama 1: Definição de efeitos direto e indireto IND2 da migração internacional de retorno ao Brasil, em famílias cujo chefe é retornado



Nas famílias cujo chefe não é natural do Brasil (Diagrama 2), respondem pelo efeito direto da migração de retorno os imigrantes internacionais de naturalidade brasileira, de todas as categorias familiares com exceção do chefe, que tenham retornado ao Brasil no decênio anterior à data de referência do censo. A mensuração do efeito indireto da migração de retorno IND2 é feita, nesse caso, por meio da identificação, na família, dos retornados internacionais. Segue daí que todos os imigrantes internacionais que guardem, independentemente do tempo de residência no Brasil, qualquer um dos seguintes graus de parentesco: cônjuge, filho, enteado, pai/mãe ou sogro/sogra –, com esses mesmos retornados ou membros da família (outros parentes e não-parentes) de tempo de residência igual ou inferior ao do retornado com maior tempo de residência representam os efeitos indiretos (tipo 2). São também considerados efeitos indiretos (IND2) todos os membros da família cujo tempo de residência no Brasil seja igual ou menor ao tempo do retornado de maior hierarquia na estrutura familiar, quando um ou mais desses retornados internacionais satisfaçam a condição de demais membros da família.

Diagrama 2: Definição de efeitos direto e indireto IND2 da migração de retorno ao Brasil, em famílias cujo chefe não é natural do Brasil



Destino dos imigrantes internacionais no Brasil

A Tabela 1 apresenta a unidade da federação de destino dos imigrantes internacionais de última etapa migratória recenseados no Brasil em 1980, em 1991 e em 2000. Verifica-se que, nos três períodos, todas as unidades da federação receberam imigrantes internacionais: ao passo que do Censo de 1980 para o de 1991 o total de imigrantes internacionais sofre queda de 20,2%, o Censo de 2000 registra a alteração dessa tendência declinante, pois de 140 mil em 1980, os imigrantes internacionais chegam a quase 280 mil em 2000 – um aumento de 99%.

Tabela 1: Brasil - imigrantes internacionais dos decênios 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000, segundo a unidade da federação de destino

UF DE DESTINO	1970/1980		1981/1991		1990/2000	
	imigrantes	%	imigrantes	%	imigrantes	%
Rondônia	1.951	1,11	3.058	2,17	2.368	0,85
Acre	447	0,25	512	0,36	1.348	0,48
Amazonas	1.561	0,89	1.145	0,81	3.688	1,32
Roraima	579	0,33	941	0,67	1.767	0,63
Pará	1.880	1,07	1.787	1,27	3.271	1,17
Amapá	266	0,15	471	0,33	999	0,36
Tocantins	298	0,17	32	0,02	374	0,13
Maranhão	349	0,20	1.358	0,97	582	0,21
Piauí	121	0,07	623	0,44	502	0,18
Ceará	847	0,48	1.925	1,37	3.381	1,21
Rio Grande do Norte	542	0,31	658	0,47	1.677	0,60
Paraíba	649	0,37	442	0,31	1.356	0,48
Pernambuco	2.153	1,22	2.083	1,48	4.950	1,77
Alagoas	246	0,14	468	0,33	563	0,20
Sergipe	321	0,18	401	0,28	484	0,17
Bahia	2.976	1,69	4.069	2,89	6.290	2,25
Minas Gerais	6.751	3,83	10.820	7,69	18.654	6,67
Espírito Santo	1.098	0,62	1.254	0,89	2.620	0,94
Rio de Janeiro	33.931	19,24	16.600	11,80	26.717	9,55
São Paulo	73.586	41,73	39.310	27,94	76.713	27,41
Paraná	15.746	8,93	23.232	16,51	58.989	21,08
Santa Catarina	2.716	1,54	3.386	2,41	11.627	4,16
Rio Grande do Sul	12.807	7,26	10.869	7,72	20.881	7,46
Mato Grosso do Sul	5.869	3,33	7.532	5,35	13.814	4,94
Mato Grosso	1.905	1,08	1.156	0,82	4.943	1,77
Goiás	740	0,42	1.296	0,92	4.749	1,70
Distrito Federal	6.003	3,40	5.279	3,75	6.514	2,33
Total de Imigrantes	176.338	100,00	140.705	100,00	279.822	100,00

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (microdados)

As unidades da federação que mais receberam os imigrantes internacionais do decênio 1970/1980, cerca de 176 mil, foram São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul: 41,7, 19,2, 9 e 7,3% respectivamente.

No período 1981/1991, foi mantida a preferência dos imigrantes internacionais por São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul como estados de residência; todavia, a primeira e a segunda unidade da federação brasileira vêm sua participação relativa no total de imigrantes reduzir em relação ao decênio anterior, o que ocorre também com a participação relativa: São Paulo

recebe 39 mil (27,9%) e o Rio 16 mil (11,8%). Ao mesmo passo Paraná e Rio Grande do Sul denotam inflexão positiva na parte que lhes cabe nesse total de imigrantes internacionais: 23 mil (16,5%) no caso daquele estado e 11 mil (7,7%), no deste. Importa notar ainda que Minas Gerais passa, em 1991, a ocupar posição de relevância entre os estados brasileiros que mais recebem imigrantes internacionais: de 3,8% (6.751) nos anos 70, a participação relativa desse estado passa a 7,7% (10.820) nos anos 80.

Ao longo dos anos 90, se o número absoluto de imigrantes internacionais recebidos por São Paulo foi pouco superior ao que leva ao conhecimento o Censo de 1980, cerca de 77 mil; o mesmo não se verifica quanto à contribuição desses imigrantes para o fluxo total de entradas de naturais do Brasil que residiam no exterior, pois, nesse caso, essa contribuição cai pela metade de acordo com o Censo de 2000, isto é, aproximadamente 27%. Apesar do número de imigrantes internacionais que teve como destino o Rio de Janeiro e Minas Gerais: aos 16 mil recenseados naquele estado somaram-se 10 mil e aos 10 mil do estado mineiro agregaram-se 8 mil de 1991 a 2000, a participação relativa de cada um desses estados no total de entradas internacionais admitiu suave declínio. Em movimento contrário ao estado paulista, ao fluminense e ao mineiro, o Paraná assistiu incremento de sua participação absoluta e percentual no conjunto dos imigrantes internacionais de naturalidade brasileira: quase 59 mil (21%) desses imigrantes estabeleceram residência nesse estado no decênio 1990/2000.

O retorno ao Brasil

Conforme mostra o Diagrama 1, o imigrante que chegou ao Brasil no decênio anterior à data de referência do Censo Demográfico pode ser classificado como retornado, se é natural de qualquer unidade da federação brasileira e não-retornado, se não é de nacionalidade brasileira. A Tabela 2 apresenta os imigrantes decenais recenseados no Brasil, de acordo com a condição de retorno (retornado ou não-retornado) e a condição na família (relação com o chefe). Vale notar que o aumento absoluto dos retornados internacionais foi acompanhado, no caso dos não-retornados, por tendência inversa, ao longo do período 1970/2000.

Assim, dos 176 mil imigrantes internacionais de última etapa migratória recenseados em 1980, cerca de 46 mil (26,4%) eram retornados – naturais de alguma das unidades da federação brasileira que regressaram ao Brasil no decênio anterior à data de referência do censo –, e 129 mil, não-retornados – não-naturais que passaram a residir no Brasil no decênio.

Apesar da redução do número de imigrantes internacionais recenseados em 1991, o número de retornados internacionais sofreu de acréscimo de 81% em relação ao que registrou o Censo de 1980: ao passo que 84 mil imigrantes integravam esta categoria em 1991; 56 mil (40%) pertenciam ao segmento populacional dos não-retornados.

Em 2000, a proporção de retornados internacionais da população de imigrantes decenais mostra-se superior à observada em 1991 – os 60% deste ano cedem lugar aos 73% (203 mil) que os dados do Censo de 2000 informam. Os não-retornados somaram, neste mesmo censo, 76 mil pessoas, aproximadamente.

Tabela 2: Brasil - imigrantes internacionais dos decênios 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000, segundo a relação com a migração de retorno e a condição na família

CONDIÇÃO NA FAMÍLIA	1970/1980			1981/1991			1990/2000		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Chefe	38.484	2.909	41.394	17.638	2.253	19.891	23.831	3.795	27.626
Cônjuge	415	29.586	30.000	1.058	11.202	12.260	3.995	14.358	18.352
Filho/Enteado	21.964	20.715	42.680	8.110	7.968	16.078	9.931	9.368	19.299
Pai/Mãe ou Sogra/Sogra	469	2.118	2.587	214	833	1.047	317	1.033	1.350
Outros Parentes	2.951	2.319	5.270	1.500	1.466	2.967	3.076	2.129	5.205
Não Parentes	2.587	1.836	4.424	1.370	1.378	2.748	1.929	1.189	3.118
Individual/Domicílio coletivo	2.499	883	3.382	903	438	1.340	1.205	539	1.745
Total	69.370	60.367	129.737	30.792	25.539	56.331	44.284	32.411	76.695
Chefe	11.696	1.810	13.506	20.989	6.101	27.090	49.554	16.346	65.900
Cônjuge	87	10.129	10.216	520	17.064	17.584	2.702	39.202	41.904
Filho/Enteado	9.521	8.488	18.009	16.914	15.893	32.807	40.803	36.291	77.094
Pai/Mãe ou Sogra/Sogra	45	285	330	102	488	590	382	990	1.372
Outros Parentes	988	813	1.801	1.877	1.642	3.519	6.723	5.544	12.267
Não Parentes	529	585	1.115	580	1.024	1.605	1.363	1.772	3.135
Individual/Domicílio coletivo	1.289	335	1.624	590	589	1.179	875	580	1.455
Total	24.155	22.446	46.601	41.573	42.801	84.374	102.402	100.725	203.127
Total de Imigrantes decenais	93.526	82.812	176.338	72.365	68.340	140.705	146.686	133.136	279.822

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (microdados)

A distribuição por sexo não mostra grandes diferenças na contribuição de homens e mulheres tanto em relação aos retornados internacionais quanto aos não-retornados. Verifica-se suave aumento da participação dos homens em ambas as categorias migratórias no decorrer do período: 45,4% em 1980, 49,3% em 1991 e 50,4% em 2000 para os retornados masculinos; 53,5, 54,7 e 57,7%, obedecendo a mesma seqüência temporal, para o não-retornados masculinos.

Os não-naturais que chegaram ao Brasil nos decênios anteriores aos Censos de 1980, 1991 e 2000, podem constituir possíveis efeitos indiretos IND2 da migração internacional de retorno ao Brasil, desde que satisfaçam às condições descritas na seção metodológica. A Tabela 3 registra, segundo a condição do imigrante na família, tanto os efeitos indiretos dessa migração quanto as entradas de não-naturais do Brasil que não guardam relação com o fluxo internacional de retorno. Chegaram ao Brasil no decênio anterior à data de referência do Censo de 1980, acompanhando algum familiar de naturalidade brasileira, cerca de 11 mil não-retornados, o que corresponde a 8,3% do total de não-retornados que estabeleceram residência em território brasileiro nesse período. A grande maioria dos imigrantes que respondem pelo efeito indireto da migração de retorno, 57,4%, são filhos do chefe do domicílio. Vale notar que as categorias chefe masculino e cônjuge feminino sustentam também participação significativa nessa composição do efeito indireto IND2 da migração de retorno.

Análise semelhante comportam os dados de 1991 e de 2000. Tanto num caso quanto no outro merece registro a redução do total de imigrantes não-retornados em relação ao patamar numérico em que eles se inseriam em 1980. Pouco mais de 18% desses imigrantes de naturalidade não-brasileira chegaram ao Brasil no decênio de 80 e no de 90 em virtude do retorno de algum familiar natural de terras brasileiras: dos 56 mil imigrantes não-retornados, cerca de 10 mil foram responsáveis pelo efeito indireto da migração de retorno em 1991; e o mesmo efeito coube a 14 mil dos 77 mil não-naturais que passaram a morar no Brasil no transcurso da década de 90.

Tabela 3: Brasil – imigrante internacional dos decênios 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000, não retornado, segundo relação com a migração de retorno e a condição na família.

CONDIÇÃO NA FAMÍLIA	1980			1991			2000		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Chefe	2.249	100	2.349	2.424	179	2.603	3.380	342	3.722
Cônjuge	46	1.608	1.654	216	1.514	1.730	708	2.009	2.717
Filho/Enteado	3.003	3.176	6.179	2.619	2.700	5.318	3.360	3.287	6.647
Pai/Mãe ou Sogra/Sogra	16	145	162	8	85	93	38	117	155
OUTROS IND2	156	116	272	200	234	434	339	336	676
Não Parentes	79	73	152	76	65	141	124	65	190
Individual/Domicílio coletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.549	5.218	10.768	5.543	4.776	10.319	7.950	6.157	14.107
Chefe	36.235	2.809	39.044	15.213	2.074	17.288	20.451	3.453	23.904
Cônjuge	369	27.978	28.347	842	9.689	10.530	3.286	12.349	15.635
Filho/Enteado	18.961	17.540	36.501	5.492	5.268	10.760	6.571	6.081	12.652
Pai/Mãe ou Sogra/Sogra	453	1.973	2.426	206	747	954	279	916	1.195
OUTROS IND2	2.795	2.203	4.998	1.300	1.232	2.532	2.736	1.793	4.529
Não Parentes	2.509	1.763	4.272	1.294	1.314	2.607	1.805	1.124	2.928
Individual/Domicílio coletivo	2.499	883	3.382	903	438	1.340	1.205	539	1.745
Total	63.821	55.148	118.969	25.250	20.762	46.012	36.334	26.254	62.588
Total de imigrantes não retornados	69.370	60.367	129.737	30.792	25.539	56.331	44.284	32.411	76.695

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (microdados)

Quando se tem em conta o efeito da migração de retorno à luz da condição na família do imigrante não-retornado, verifica-se que a maior participação nesse efeito ficou por conta da categoria filho/enteado do chefe do familiar: 25,2% conforme o Censo de 1991 e 26,4% consoante o de 2000. Ambos os censos revelam ainda que o peso do chefe masculino e do cônjuge feminino mostram-se, como foi observado nos dados referentes aos anos 70, significativos na composição do efeito indireto IND2 da migração de retorno.

O censo demográfico não capta o município de nascimento de todos os recenseados, informa, porém, se o recenseado nasceu ou não no município onde reside por ocasião de realização do levantamento censitário. Segue daí a possibilidade de saber se os retornados internacionais ao Brasil encontram-se residindo no município de nascimento ou não na data de referência do censo.

A Tabela 4 mostra que um subconjunto dos retornados internacionais ao Brasil, nas décadas anteriores aos Censos Demográficos de 1980, de 1991 e de 2000, estabeleceu residência no município onde havia nascido. Dos 46 mil retornados internacionais do período 1970/1980, cerca de 10 mil (23,4%) foram recenseados, em 1980, no município onde nasceram; e 35 mil, noutro município brasileiro, que não o de nascimento. Em 1991, o percentual de retornados ao município de nascimento subiu para 31%, cerca de 26 mil dos 84 mil retornados do recorte temporal 1981/1991; os outros 58 mil retornados estavam residindo fora do município onde nasceram. A participação relativa dos retornados internacionais ao município de nascimento, 24,6%, suportou queda em 2000.

Tabela 4: Brasil – retornados internacionais dos decênios 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000, segundo o município de residência ao final do período

Condição na Família	1980			1991			2000		
	município nascimento	outro município	Total	município nascimento	outro município	Total	município nascimento	outro município	Total
Chefe	2.569	10.937	13.506	7.902	19.188	27.090	15.415	50.485	65.900
Cônjuge	2.323	7.893	10.216	4.376	13.208	17.584	8.162	33.742	41.904
Filho/Enteado	5.509	12.500	18.009	12.432	20.375	32.807	23.020	54.075	77.094
Pai/Mãe ou Sogra/Sogra	22	308	330	109	481	590	112	1.260	1.372
Outros Parentes	271	1.531	1.801	998	2.522	3.519	2.845	9.422	12.267
Não Parentes Individual/Domicílio coletivo	179	936	1.115	229	1.376	1.605	385	2.750	3.135
	40	1.584	1.624	28	1.151	1.179	71	1.384	1.455
Total	10.913	35.688	46.601	26.074	58.300	84.374	50.010	153.116	203.127

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (microdados)

Considerações Finais

As importantes perdas líquidas internacionais de brasileiros nos anos 80 - quase dois milhões de pessoas teriam deixado o país nesse período -, perdas essas que seguramente se fizeram sentir nos anos 90, foram seguidas por fluxo inverso, a imigração internacional de retorno.

De fato, ao passo que a participação relativa dos retornados internacionais aumenta ao longo do período 1970/2000, a contribuição dos imigrantes internacionais não-naturais do Brasil sofre redução.

Em todos os decênios, a maior parte dos imigrantes que responderam pelo efeito indireto da migração de retorno, são filhos do chefe do domicílio. As categorias chefe masculino e cônjuge feminino também apresentaram participação significativa na composição do efeito indireto IND2 da migração de retorno.

Além disso, a participação do subconjunto dos retornados internacionais ao Brasil que, nas décadas anteriores aos censos demográficos de 1980, de 1991 e de 2000, estabeleceu residência no município onde havia nascido foi, no transcurso do período, bem menor do que a contribuição dos retornados que residiam fora do município nascimento no total dos imigrantes internacionais de naturalidade brasileira.

A análise longitudinal empreendida aqui põe em evidência que a migração internacional de retorno ao Brasil, apesar das flutuações, não é um fato isolado. Quaisquer que sejam as características dos retornados internacionais e os motivos relacionados a seu regresso ao Brasil, parece evidente a relevância que fluxos populacionais dessa natureza passarão a ter na agenda de políticas públicas do Estado.

Enfim, dado o aumento do estoque de brasileiros no exterior, parece razoável admitir que a contra-corrente de retornados internacionais ao Brasil tenderá a crescer e, em razão da posição estrutural que os retornados ocupam na "... organização e sustentação dos sistemas de migração, em especial, a

posição estrutural de intermediação dos fluxos populacionais entre origem e destino” (FAZITO, 2005), a garantir estabilidade/circularidade e expansão do sistema migratório.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, R. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes** – Brasil, 1980-1996. Campinas: IFICH/UNICAMP, 1999. (tese de doutorado)

BRITO, Fausto R. A. Os emigrantes: Minas no contexto da migrações internas no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 7, 1995, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1995. v.1, p.249-272.

BRITO, Fausto R. A. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro.** Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997. 100p.

BRITO, F. R., GARCIA, R. A., CARVALHO, J.A.M. As migrações de curto prazo nas regiões metropolitanas: migrantes de etapa única, migrantes de retorno e migrantes de passagem - 1986/1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** 2002.

CARVALHO, J.A.M. Migrações internas: mensuração direta e indireta. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 171, p. 549-583, jul./set., 1982.

CARVALHO, José Alberto M. de. O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80 : uma tentativa de estimação. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.13, n.1, p.3-14, jan./jun. 1996.

CUNHA, José Marcos Pinto da, BAENINGER, Rosana. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, Daniel Joseph et al (Orgs). **Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente.** Campinas: UNICAMP, 2000. p.17-57

FAZITO, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários.** Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. 204p.

GOULART, Robson; SALES, Teresa. “América país de imigrantes” e as crescentes restrições aos imigrantes nos Estados Unidos. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo, n.25, p.10-14, maio/agosto, 1996.

MAGALHÃES, M.V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram.** Belo Horizonte: Cedeplar /UFMG, 2003. (tese de doutorado)

MARGOLIS, Maxine L. **Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York.** Campinas: Papirus, 1994. 452p.

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro Luis B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP: Ed. da UNESP, 1995. p. 61-91, 1995.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. 208p.

NACIONES UNIDAS. **Migración internacional y desarrollo.** Nueva York: Sección de Reproducción de las Naciones Unidas, 1997.

RIBEIRO, J.T.L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991.** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1997. (tese de doutorado)

RIBEIRO, J.T.L, CARVALHO, J.A.M. A imigração para Minas Gerais no período de 1998/1991, com especial enfoque na migração de retorno. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v.16, n.1-2, jan/dez, 1999.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). Migrações internas: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/ETENE. t.2, p.807-844, 1980

SALES, Teresa, BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 36, p. 33-44, jan/abril. 2000.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo : CEM, ano XIII, número especial, jan., 2000.

SOARES, W. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga.** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002. (tese de doutorado)

VAINER, Carlos Bernardo. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.) **Migrações Internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001.